



Conselho das Comunidades Portuguesas

## **CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS**

*Comissão Temática para as Questões Sociais e Económicas e dos Fluxos Migratórios (CTSEFM) - Sala 9*

Lisboa, Assembleia da República, 19 e 20 Setembro 2018

### **ATA DAS REUNIÕES**

Antonio de Freitas – Venezuela - Presidente  
Gabriel Marques – EUA – Secretário  
Gilberto Martins – África do Sul (AUSENTE)  
Maria Violante Martins – Argentina  
Manuel Cardia Lima – França  
Armando de Jesus – Macau (AUSENTE)  
Manuel Baião Figueira – Suíça (AUSENTE)

#### **Dia 19**

1. Os trabalhos desta Comissão tiveram início pelas 14h, com as boas-vindas do Presidente da Comissão aos Conselheiros presentes
2. Seguiu-se a aprovação da Ordem de Trabalhos.
3. Foi levantada a questão da convocatória de 8 reuniões, durante o ano de 2018, sendo que apenas se efetuaram 3. Destas 3 não pode ser aprovada Ata, por falta de quorum. De salientar que mesmo assim a Comissão teve várias reuniões informais.

4. Foi aprovada por unanimidade. a eleição do Presidente e do Secretário, repetivamente o Conselheiro António de Freitas, da Venezuela e do Conselheiro Gabriel Marques, dos EUA, Secretário, para o ano 2018-2019
  
5. A pedido do Presidente e de acordo com a Ordem de Trabalhos, foi recebido, nesta Comissão, o Dr. Cid Proença, Diretor Geral da Segurança Social. Depois das boas-vindas do Sr. Presidente iniciou-se a reunião e foram colocadas várias questões ao Dr. Cid Proença.
  - a. A Conselheira Violante Martins fez a primeira pergunta ao Dr. Cid Proença, solicitando esclarecimentos sobre os tratados multilaterais que exigem um pagamento único da segurança social entre Portugal e os cidadãos residentes noutra país. O Dr. Cid Proença explicou que os tratados pretendem ser em grande parte administrativos e minimizar a carga de trabalho dos governos nacionais. Reforçou ainda que o resultado final para cada pessoa que recebe a segurança social seria o mesmo se eles tivessem recebido um pagamento separado de cada governo.
  
  - b. O Presidente da Comissão, perguntou se quando Portugal e outro país estão envolvidos, as regras de aposentação são controladas. A resposta foi que as leis do país onde o indivíduo se está a aposentar serão controladas. Para além disso, há situações em que as leis têm outros regulamentos aplicáveis fora das Convenções. O Presidente agradeceu ao Dr. Proença pelo esclarecimento desta questão e solicitou que o governo considerasse a criação de um folheto com perguntas comuns para distribuição às comunidades que não têm acesso à Internet.
  
  - c. O Conselheiro Gabriel Marques interveio colocando outra pergunta, se a aposentação por invalidez militar ou ex-combatentes de guerra, eram

consideradas na normalização dos pagamentos de segurança social entre os dois países. O Dr. Proença esclareceu que algumas aposentações, inclusive as mencionadas, não estão incluídas para esses fins.

- d. Por último e por falta de tempo, o Dr. Cid Proença sugeriu que qualquer outra questão, sobre Segurança Social que quisessem apresentar, poderiam fazê-lo, diretamente, aos serviços competentes do Ministério.

O Presidente agradeceu ao Dr. Proença a sua presença nesta Comissão e realizou uma pausa às 15h30.

- 6. Pelas 16h00, a comissão deu as boas-vindas ao Dr. Bernardo Sousa Reis, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos Fiscais. Seguiu-se o pedido apresentado, por escrito, pelo Conselheiro Gabriel Marques, antes da reunião, solicitando esclarecimento sobre o art. 3º da Lei Tributária que exige um Representante Fiscal para cidadãos não residentes. O Dr. Bernardo Reis esclareceu que um Representante Fiscal só era necessário no caso de o indivíduo ter rendimentos em Portugal em Portugal.

- a. Sobre a dupla tributação o Presidente perguntou se o rendimento auferido fora de Portugal por um cidadão deve ser declarado em Portugal. O Dr. Bernardo Reis confirmou que Portugal está preocupado com a tributação dos rendimentos auferidos em Portugal apenas no caso de não residentes e, no caso dos residentes, a exigência de declaração do rendimento acima mencionado.

- b. Conselheiro Manuel Cardia indagou então sobre rendimentos auferidos fora de Portugal por um cidadão da União Europeia e se deve ser declarado em Portugal. O Dr. Bernardo Reis esclareceu que os rendimentos auferidos no exterior, quando obtidos de um empregador domiciliado em Portugal, deve

ser declarado em Portugal. No caso de rendimentos auferidos fora dessa regra, essa receita deve ser declarada no UE.

- c. Ainda sobre o primeiro ponto a Conselheira Violante Martins perguntou se no caso de um cidadão não residente com rendimentos em Portugal exige um Representante Fiscal, caso em que o Dr. Reis confirmou que sim.
- d. O Dr. Bernardo Reis tomou então a liberdade de explicar uma nova lei para trabalhadores migrantes que permitirá a certos profissionais que não viveram em Portugal nos últimos cinco anos, uma taxa de imposto fixa de 20% sobre o rendimento se migrarem para Portugal. Esclareceu ainda que mais informações seriam distribuídas à medida que fossem disponibilizadas.
- e. O Dr. Bernardo Reis transmitiu a disponibilidade para esclarecer, através do Portal das Finanças, qualquer dúvida que tenham.

7. O Presidente agradeceu ao Dr. Bernardo Reis a sua presença, bem como os esclarecimentos dados às questões colocadas.

8. Os trabalhos terminaram pelas 17h30.

## **Dia 20**

- 1. Os trabalhos tiveram início pelas 9h00, com as boas-vindas do Presidente.
- 2. A Comissão abriu a discussão sobre Internacionalização da Economia Portuguesa e o GAID. Para o efeito, recebeu um representante da AICEP, a Assessora Maria João Veiga Gomes do Conselho de Administração.

- a. A Dra. Maria João Gomes começou por fazer um breve resumo das funções da AICEP e da sua experiência profissional.
- b. A Dra. Maria João Gomes esclareceu sobre a necessidade de auxiliar as empresas nos mercados internacionais a fazer negócios com ou em Portugal. Acrescentou ainda que muitas empresas não estão no nível necessário para receber assistência da AICEP ou do fundo da UE. Esclareceu que uma estratégia atual da UE é identificar empresas da Europa que poderiam beneficiar da assistência financeira nos mercados internacionais. Para o efeito existe um programa em que essas empresas podem candidatar-se a vários programas. Em Portugal, o programa é um pouco diferente, as empresas apresentam projetos individuais de assistência financeira. Para uma empresa nacional receber essa assistência, é necessário que ela seja aplicada com muita antecedência, o que pode não ser aplicável no momento em que a assistência é concedida. 79% das empresas têm de 1 a 10 funcionários e fazem negócios em apenas um mercado internacional e não se qualificam para a maioria dos programas.
- c. Pelas 9h45, a Comissão foi acompanhada pelo Presidente do CCP Dr. Flávio Martins.
- d. A Dra. Maria João Gomes falou de vários programas da AICEP, que incluem uma parceria com empresas e universidades para auxiliar em necessidades profissionais no exterior. Para dar como exemplo, a Conselheira Violante Martins apresentou uma empresa que produz pasteis de nata e que conta com a assistência de AICEP.
- e. O Conselheiro Manuel Cardia perguntou então quais são os requisitos necessários para receber essa

assistência. A Dra. Maria João Gomes esclareceu que a maioria das empresas é identificada pela AICEP para assistência ou companhias de abordagem da AICEP e cada um deles são avaliados caso a caso.

- f. A Dra. Maria João Gomes elencou as deficiências comerciais atuais dentro da UE, usando como exemplo a produção de automóveis em Portugal para empresas alemãs que são importadas e consumidas em Portugal. Quando comparado com o turismo, Portugal recebe menos actividade económica do que numa base líquida. Salientou ainda que, mesmo com o aumento do turismo em Portugal, a inflação teve um impacto significativo no benefício positivo dos níveis de gastos correntes, criando também um défice. Continuou, dizendo que o mercado do turismo Português teve um impacto negativo do BREXIT, especialmente com o turismo no Algarve, que depende desse mercado, devido à valorização do Euro e da Libra. Pelo contrário, as exportações aumentaram, no entanto, Portugal tem um espectro limitado de produção ou procura estrangeiro que limitará o impacto positivo.
- g. O Conselheiro Manuel Cardia interveio com exemplos semelhantes em França com empresas portuguesas e perguntou como abordariam a AICEP para assistência. A Dra. Maria João Gomes respondeu que AICEP tem um escritório em Paris que poderia falar com essas empresas e que trabalhariam com Lisboa para avaliar o sucesso no mercado local. Esclareceu ainda que a câmara de comércio também ajuda empresas similares, no entanto, a assistência está concentrada em vistos, imóveis e redes profissionais.
- h. Seguidamente o Presidente, interveio com uma explicação de situações semelhantes na Venezuela.

- i. O Presidente do CCP, Dr. Flávio Martins também interveio com uma explicação de um projeto que está sendo realizado pelo CONSELHO PERMANENTE para criar um site para fornecer informações às comunidades e perguntou se ele poderia contar com o apoio da AICEP, ao que a Dra. Maria João Gomes ofereceu a assistência do seu escritório, quando necessário, para realizar o projeto.

3. O Presidente da Comissão agradeceu, mais uma vez, à Dra. Maria João Gomes a sua presença

A Comissão realizou uma pausa pelas 11h00.

4. Para dar continuação aos trabalhos, a Comissão abriu a discussão sobre o Ensino Superior. Recebeu, para este efeito, o Diretor-Geral do Ensino Superior, Professor João Queiroz.

- a. O Professor João Queiroz apresentou um breve resumo das funções, novos programas do Gabinete e da sua experiência profissional.
- b. O Professor João Queiroz abriu a discussão com uma explicação de uma nova iniciativa para aceitar diplomas estrangeiros para profissionais e permitir a equivalência em Portugal.
- c. A Conselheira Violante Martins perguntou se um médico da Argentina, com estágio, é válido em Portugal. O Professor João Queiroz explicou que a sua função se limita a analisar o nível de diploma e não a admissão em ordens profissionais.

- d. O Presidente do CCP, Dr. Flávio Martins abriu então uma discussão sobre o reconhecimento automático de diplomas estrangeiros e se é uma função das relações entre os governos ou as universidades com Portugal. O Professor João Queiroz explicou que é normal entre a universidade individual ou o corpo acreditado em Portugal.
- e. O Conselheiro Gabriel Marques perguntou o que poderia ser feito para ajudar estudantes estrangeiros a vir para Portugal para a universidade e ajudar os Estados Unidos, por exemplo, a aceitar esses estudos. O Professor João Queiroz disse que é um desafio no qual Portugal está a trabalhar.
- f. A Conselheira Violante Martins perguntou ao Professor João Queiroz que profissionais Portugal precisa importar. O Professor João Queiroz explicou que qualquer uma das principais áreas profissionais, com exceção do ensino, está em alta demanda em Portugal.
- g. O Presidente do CCP, Dr. Flávio Martins pediu esclarecimentos sobre vagas de estudantes brasileiros que estudam em Portugal, o Professor João Queiroz fez um breve resumo.
- h. O Conselheiro Manuel Cardia pediu então uma explicação nos casos em que certos diplomas são rejeitados.
- i. Sobre este assunto o Presidente da Comissão teve então uma breve discussão e apresentou um caso



específico da Venezuela. Perguntou ao Professor João Queiroz porque razão os certificados entregues pelas universidades não são aceites na Ordem dos Médicos Dentistas, disse ter conhecimento de vários casos e até apresentou cópias de um deles. Solicitou ainda que o fosse informando sobre os passos da nova Lei.

j. O Presidente do CCP, Dr. Flávio Martins então interveio com uma explicação de um projeto que está sendo realizado pelo CONSELHO PERMANENTE para criar um site para fornecer informações às comunidades e perguntou se ele poderia contar com o apoio do GES. O Professor João Queiroz ofereceu a assistência do seu escritório, quando necessário, para realizar o projeto e acrescentou que a maioria das informações sobre a equivalência está disponível no site do Ministério.

5. Presidente da Comissão, António de Freitas agradeceu ao Professor João Queiroz a sua presença e disponibilidade

6. A reunião terminou pelas 12h30. À tarde ocorreu reunião com o Director-Geral da DGACCP e as três Comissões temáticas do CCP em conjunto.

**Antonio de Freitas**  
**Presidente**

**Marques**

**Gabriel**  
**Secretário**